

Análise genealógica sobre a invenção da psicologia: um estudo dos discursos e práticas normativos e higienistas

Genealogical analysis on psychology's invention: a study of psychology's normative and hygienist discourses and practices

Gustavo Matheus Saides Jantara; Daniele de Andrade Ferrazza

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO:

A presente pesquisa teve como objetivo estudar, a partir da perspectiva histórica inspirada na genealogia foucaultiana, os discursos e práticas normativas e disciplinares no nascimento da psicologia. Nessa perspectiva, o trabalho foi dividido em duas etapas: (1) investigar o nascimento da psicologia no contexto das instituições de sequestros e encarceramento com base na obra de Michel Foucault; (2) estudar as origens da psicologia no âmbito do movimento higienista brasileiro a partir das publicações realizadas nas duas primeiras edições dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* no ano de 1925. Concluímos que o movimento higienista brasileiro influenciou a constituição da psicologia no início do século XX que, fundamentada em tecnologias normativas atravessadas pelo disciplinamento de corpos e por estratégias de controle biopolítico, ainda podem estar presentes em discursos e práticas psicológicas na atualidade.

Palavras-chave: Genealogia; Michel Foucault; História; Higienismo.

ABSTRACT:

The present work aims to explore, from a historical point of view inspired in the Foucaultian genealogy, the normative and disciplinary discourses and practices during psychology's birth. The study was produced in two stages: (1) a research on psychology's invention in the context of the kidnapping and incarceration institutions, according to Michel Foucault's work; (2) a research about the origins of psychology through the lens of the Brazilian's hygienist movement of the 20th century, according to the first two editions of *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* published in 1925. It is possible to conclude that the Brazilian hygienist movement has influenced psychology's constitution during the early 20th century. As this constitution was based in normative technologies crossed by the discipline process and strategies of biopolitical control, these might still be present in today's discourses and practices.

Key-words: Genealogy; Michel Foucault; History; Hygienism

DOI: 10.12957/mnemosine.2020.52697

Introdução

O nascimento da psicologia ocorreu a partir do século XIX, momento no qual se tentou constituir um campo de saber independente da filosofia e que seria denominado Psicologia (SCHULTZ, 1995). A independência do saber psicológico de outras áreas de conhecimento fez com que aparecesse, no último século, a figura do psicólogo como um profissional que supostamente deteria verdades sobre a existência humana. Diante dessa problemática, o presente trabalho tem como objetivo analisar as características do nascimento da psicologia, com destaque aos discursos e práticas normativos e disciplinares de sua constituição. A partir da perspectiva histórica inspirada na genealogia foucaultiana, a pesquisa foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, foi feita uma análise sobre o nascimento da psicologia com intuito de compreender sua constituição no âmbito das instituições de disciplinamento de corpos e das estratégias biopolíticas de controle populacional, com base na obra de Michel Foucault. E no segundo momento foi realizada uma investigação sobre o contexto de nascimento da psicologia no âmbito do movimento higienista brasileiro, a partir da análise dos artigos disponíveis nas duas primeiras edições dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, publicados no ano de 1925. Dessa forma, para a apresentação da pesquisa realizada, dividimos o presente artigo em cinco tópicos: (1) introdução; (2) procedimentos metodológicos; (3) o nascimento da psicologia e suas relações com as tecnologias de poder disciplinar e biopolítico; (4) aproximações entre o movimento higienista e o nascimento da psicologia no Brasil; e (5) considerações finais.

Segundo Michel Foucault (2000), as ciências humanas e a psicologia só se tornaram uma possibilidade de saber quando o ser humano foi transformado em objeto de investigação. O autor afirma que a constituição da psicologia como saber científico só foi possível a partir da formação de uma sociedade denominada disciplinar, com instituições que, na virada do século XVIII para o século XIX, foram forjadas com objetivos de transformar indivíduos em corpos produtivos, úteis e dóceis. Sendo assim, os ideais de disciplinamento, vigilância e punição de indivíduos permitiram o surgimento de uma série de instituições psiquiátricas, pedagógicas e que desenvolveriam tecnologias de correção daqueles considerados como fora da norma, momento no qual o saber psicológico se tornou possível (FOUCAULT, 2002; 2014).

Com o nascimento da sociedade disciplinar, em um primeiro momento houve a invenção de procedimentos e tecnologias com o intuito de disciplinar corpos individuais e, em um segundo momento, foram forjadas práticas que, segundo Foucault (2005), já não eram mais centradas nos corpos individuais, mas no ser humano enquanto espécie, enquanto ser vivo. Ressalta-se que as novas práticas não excluem as anteriores, mas que as duas são, antes de tudo, tecnologias que se encontram em níveis diferentes. Enquanto as práticas disciplinares estão centradas no adestramento de corpos individuais, as outras estratégias, intituladas de biopolíticas, estarão centradas em processos biológicos direcionados às massas:

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2005: 289).

As estratégias biopolíticas têm como objetivo a regulamentação de populações que serão tratadas enquanto problemas políticos e deverão ser submetidas ao controle e gerenciamento de aspectos próprios da vida humana, os quais perpassam a natalidade, a mortalidade, a longevidade. Pode-se perceber que a biopolítica atenta aos fenômenos das massas com o objetivo de controlar tanto as populações quanto o ambiente em que elas estão inseridas (FOUCAULT, 2005).

As tecnologias disciplinares utilizam-se de estratégias para o adestramento e disciplinamento de corpos, visando a normatização de indivíduos em âmbitos institucionais. Já no caso das tecnologias biopolíticas, o controle de populações será estabelecido, principalmente, por meio das estratégias de gerenciamento da vida promovida pelo Estado. Foucault (2005) salienta que, apesar de serem práticas que estão em níveis diferentes, elas se articulam e, em alguns momentos, a disciplina tende a ultrapassar suas instituições, assim como o controle de populações pode ultrapassar as medidas estatais.

Dessa forma, as tecnologias disseminadas pelo movimento higienista no século XIX podem ser compreendidas como estratégias biopolíticas que têm como foco a organização e controle de cidades e populações. O projeto de higiene da população aparece como uma medida para solucionar o problema da desorganização social, que passou a ser visto como causador de doenças, degenerescências, loucuras, anormalidades e inconvenientes de todos os tipos. Dessa forma, o saber médico e outros saberes disciplinares irão configurar uma importante forma de se pensar a sociedade que

começava a se urbanizar (FOUCAULT, 2014). É neste cenário que a psicologia e a psiquiatria aparecem também como saberes capazes de auxiliar no projeto de controle populacional e higiene das cidades e, principalmente, de normalização de comportamentos, gestos e atitudes considerados desajustados e indisciplinados. Tal auxílio ficará ainda mais explícito ao se analisar o uso de espaços de confinamento, como hospícios e presídios, para a exclusão, principalmente, de populações pobres (FERRAZZA, 2013).

No Brasil, o processo de industrialização e urbanização do início do século XX será amparado por métodos de comparação de indivíduos, uma importante ferramenta da psicologia, já que se poderia alocar determinados alunos em turmas homogêneas e trabalhadores em determinados cargos de acordo com suas capacidades intelectuais. Com a comparação de indivíduos através de avaliações psicológicas e testes objetivos relacionados aos nacionalismos do início do século e às ideias de hereditariedade da inteligência, surgem práticas higienistas e eugenistas que irão buscar na psicologia, psiquiatria e medicina apoio para o desenvolvimento de tecnologias de controle da população a fim de, em longo prazo, construir uma sociedade limpa, sem pobreza e reservada unicamente para os ‘intelectualmente capacitados’. Assim, discursos e práticas da psicologia serão utilizados como estratégias de adestramento de indivíduos e de controle populacional (SILVA, 2003).

Nessa perspectiva, resgatar a historicidade das práticas *psi* permitirá a construção de problematizações sobre questões éticas e políticas de discursos que, ainda hoje, podem aparecer permeados por concepções normativas sob novas roupagens. Partindo do princípio de que o saber psicológico foi forjado historicamente pautado em concepções de disciplinamento, de controle biopolítico e de ajustamento de comportamentos dos sujeitos inseridos em uma sociedade normativa (FOUCAULT, 2016; 1999), o presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi estudar o nascimento e a constituição de discursos e práticas normativos e disciplinares no âmbito da psicologia.

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho foi inspirado na perspectiva genealógica foucaultiana como método de construção reflexivo-metodológico. Em Foucault (2016), compreende-se que a genealogia é uma estratégia para se investigar a constituição histórica de determinados

fenômenos e práticas sociais, opondo-se à ideia de apresentar uma finalidade que busque uma possível origem metafísica e finalidade teleológica de determinados eventos históricos. Entende-se que a negação de uma finalidade histórica abre caminho para um pensamento crítico que, ao derrubar evidências aparentemente sólidas, analisa as formas de funcionamento das relações de saber-poder e sua interferência na constituição dos sujeitos assujeitados. Como enuncia o próprio autor:

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há "algo inteiramente diferente": não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. (FOUCAULT, 2016: 58).

Assim, o presente estudo tem como proposta realizar uma análise da constituição histórica das práticas psicológicas que poderiam aparecer como a-históricas e neutras. Como comentam Dreyfus e Rabinov (1995: 118), os estudos genealógicos evitam “a busca da profundidade. Ela [a genealogia] busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis”.

Nessa perspectiva, o presente trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira etapa apresenta o nascimento da psicologia no âmbito das instituições disciplinares e das estratégias de controle biopolítico forjadas no sec. XIX. Para tanto, foram selecionados e analisados textos da obra de Michel Foucault que possibilitaram compreender como o saber psicológico se constituiu no âmbito das estratégias de vigilância e correção de corpos e a partir das tecnologias estatais de gerenciamento de populações. A segunda etapa do trabalho analisou as relações entre o movimento higienista brasileiro e o nascimento do pensamento psicológico em território nacional. Dessa forma, foram selecionados e analisados os artigos publicados na seção denominada *Trabalhos Originaes* da revista *Archivos brasileiros de hygiene mental* datados do ano de 1925, ano das duas primeiras edições da revista que marcou ideais higienistas no Brasil e influenciou discursos e práticas psicológicas de início do século XX. Ao todo, foram selecionados e analisados 14 artigos na íntegra, conforme mostra o quadro 1. Para o estudo do material, foram propostas as seguintes categorias de análise, de acordo com os objetivos da pesquisa: (a) Higienismo e educação; (b) Higienismo e psicologia industrial; (c) Higienismo e profilaxia mental; e (d) Higienismo, processos seletivos e eugenia.

QUADRO 1- DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DA PESQUISA

| Categoria de análise | Título dos artigos | Autores | Número da revista |
|---|--|------------------|-------------------|
| Higienismo, processos seletivos e eugenia | A seleção individual de imigrantes no programma de hygiene mental | Juliano Moreira | 1 |
| | Imigração e hygiene mental | Pacheco e Silva | 2 |
| | Notas sobre a hygiene mental no exército. | Murilo Campos | 1 |
| | Subsídios á legislação sobre imigração: meios de impedir o ingresso dos deficientes moraes | Alvaro Cardoso | 1 |
| | A esterilização dos grandes degenerados e criminosos | Renato Khel | 2 |
| Higienismo e educação | Hygiene mental e educação | J. P. Fontenelle | 1 |
| | Hygiene mental da creança: baseada sobre as leis de psychologia | Waclaw Raddecki | 1 |
| Higienismo e profilaxia mental | Ideas geraes | F. Esposel | 1 |
| | Hygiene Mental | Henrique Roxo | 2 |
| | Da prophylaxia do suicidio | Xavier Oliveira | 2 |
| | Cirurgia e Hygiene mental | Alberto Farani | 2 |
| | Prophylaxia social das toxicomanias | Cunha Lopes | 1 |
| | Considerações sobre prophylaxia mental e delinquencia | Heitor Carrilho | 1 |
| Higienismo e psicologia industrial | O elemento psychico no trabalho humano | Carlos Penafiel | 2 |

O nascimento da psicologia e suas relações com as tecnologias de poder disciplinar e biopolítico

O filósofo francês Michel Foucault, em seus estudos da década de 1970, se debruçou sobre as novas formas de sujeição advindas de uma sociedade baseada em micropoderes. Essa sociedade, que surge na virada do século XVIII para o século XIX, é denominada por Foucault (2002) “sociedade disciplinar”. Segundo o filósofo, os saberes disciplinares das denominadas ciências humanas, entre elas a psicologia, teriam se tornado uma possibilidade a partir do engendramento das denominadas instituições de sequestro e encarceramento da população pobre, com principal destaque para os manicômios e as prisões.

Ao estudar a reforma do sistema judiciário e penal da virada do sec. XVIII para o sec. XIX, Foucault descreve o surgimento da sociedade disciplinar como contraditório, uma vez que a teoria penal deixa de ser baseada em questões religiosas para estar baseada nas definições do que é nocivo para o meio social. A lei passa a definir uma repreensão àqueles que causam perturbação à ordem social e cria-se a ideia de que o “criminoso é o inimigo social” (FOUCAULT, 2002: 81). Não sendo mais

baseada em questões religiosas, a punição deixa de ter a função de redimir um pecado e o pecador, e assume a função de reparar um dano causado e evitar que danos semelhantes possam ser causados no futuro. As antigas punições de deportação, trabalho forçado e pena de talião cedem lugar ao sequestro e aprisionamento de corpos (FOUCAULT, 2002).

Assim, a partir do século XIX, inventa-se uma nova forma de penalidade que carrega consigo uma preocupação cada vez maior com o remodelamento moral dos comportamentos individuais. Consequentemente, aquele aparato penal torna-se também uma forma de controle, não sobre o que fizeram os indivíduos, mas sobre “o que estão na iminência de fazer” (FOUCAULT, 2002: 85). Para que fosse possível existir o controle em nível das potencialidades do sujeito, criam-se uma série de poderes laterais e “uma série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência”. (FOUCAULT, 2002: 86). Dessa forma, o controle deixa de ser exercido pela própria justiça para ser exercitado por discursos e práticas de saber-poder da psiquiatria, pedagogia, medicina, psicologia. As novas práticas de controle social, paralelas ao poder judiciário, irão permitir o surgimento da ideia de uma “punição” que está mais preocupada em corrigir, ajustar e disciplinar os sujeitos do que, propriamente, em reparar um dano.

Naquelas instituições de disciplinamento educacional, fabril, manicomial ou prisional é possível identificar quatro principais funções e características: a primeira consiste em extrair o tempo de mulheres e homens, fazendo com que o tempo dos sujeitos seja um tempo útil em sua totalidade; a segunda função concerne a transformar os corpos dos sujeitos em força de trabalho, o que extrapolará um simples controle do tempo e alcançará também os corpos dos indivíduos; a terceira função é a criação de uma nova forma de poder polimorfo, polivalente e que atua também no infinitamente pequeno, um poder econômico, político e também judiciário com que os dirigentes dessas instituições se dão o direito de punir e recompensar. Por fim, tem-se a quarta função: “[...] um poder epistemológico, um poder de extrair dos próprios indivíduos um saber sobre aqueles submetidos ao olhar e controle por diferentes poderes.” (FOUCAULT, 2002: 121).

Assim, podemos compreender que o poder epistemológico será essencial para a análise do nascimento da psicologia nas instituições de sequestro e encarceramento, pois possibilitará um olhar constante, permeado por registros, anotações, comparações,

categorizações e experimentos de comportamentos, bem como a criação de um novo saber-poder que é o psicológico. Como aponta Foucault (2002):

Há um saber que nasce da observação dos indivíduos, de sua classificação, do registro e da análise de seus comportamentos, da sua comparação, etc. Vemos assim nascer, ao lado desse saber tecnológico, próprio a toda as instituições de sequestro, um saber de observação, um saber de certa forma clínico, do tipo da psiquiatria, da psicologia, da psico-sociologia, da criminologia etc. (p. 121-122).

Pode-se dizer que, ao realizar a genealogia das práticas psicológicas, o filósofo desloca o local de surgimento da psicologia dos laboratórios de Wilhelm Wundt (1832-1920) e William James (1842-1910) para os espaços de exclusão e aprisionamento que possibilitavam a observação incessante dos internos, como as prisões e os manicômios (PRADO FILHO, 2014). O deslocamento realizado por Foucault

[...] aponta para o caráter disciplinar da Psicologia: para além da problemática da cientificidade – se ela é ou não ciência – todo um corpo de conhecimento e práticas sobre os sujeitos está se formando neste momento, que é resultado do exercício de uma prática disciplinar ao nível do saber e dos próprios indivíduos, que dá nascimento a um sujeito posto como objeto para uma disciplina do conhecimento. (PRADO FILHO, 2014: 87).

Na análise dos poderes periféricos ao poder estatal, mais especificamente, em instituições que visam enquadrar e disciplinar sujeitos, vemos se delinear uma forma de poder molecular que atua em uma dimensão microfísica. A análise das relações de poder em um nível molecular permitirá a Foucault (2014) alcançar a possibilidade de se ater a formas pontuais da execução de poderes que até então eram ignorados. Isso significa analisar a diversidade de tecnologias que serão inseridas em níveis institucionais para administrar comportamentos, atitudes e gestos de sujeitos assujeitados. Um outro importante deslocamento de análise proposto pela lente foucaultiana se refere às consequências do poder que também poderão ser compreendidas de uma forma positiva. Se de um lado as teorias clássicas do direito e da economia entendiam o poder como algo exclusivamente, repressivo, por outro lado, Foucault considera uma positividade do poder, compreendendo-o não apenas como repressivo, mas também produtivo por assumir uma preocupação em gerir a vida dos sujeitos, tornando-os corpos úteis e produtivos (MACHADO, 2016).

A constituição de um poder centrado no corpo, na passagem do sec. XVIII para o sec. XIX, pautado em processos de divisão e reorganização do tempo e espaço nas instituições disciplinares permitirá a vigilância constante e que tem por finalidade

docilizar e aumentar a utilidade dos corpos. Um poder disciplinar que não impede o engendramento de outras tecnologias não mais centradas exclusivamente no corpo individual, mas que estarão direcionadas ao conjunto populacional: são as denominadas estratégias de controle biopolítico. As tecnologias biopolíticas, forjadas no século XIX, irão se dirigir ao “homem-espécie” na medida em que forma uma população global controlada a partir de processos biológicos próprios da vida humana (FOUCAULT, 2005).

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. (FOUCAULT, 2005: 289).

Foucault (2005) também assinala que aquela nova tecnologia de poder não é dirigida necessariamente à sociedade. Na realidade, a biopolítica possui como alvo um novo elemento, um novo ‘corpo’ ou, como enuncia o próprio autor: “[...] corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável.” (FOUCAULT, 2008: 292). Dessa forma, as estratégias de controle biopolítico serão direcionadas à população enquanto uma questão política, uma questão de segurança e gerenciamento de um conjunto de pessoas.

A partir da constituição do Estado Moderno, o controle biopolítico passará a determinar formas de regulamentação de processos biológicos do humano e que serão direcionadas ao controle da natalidade, de óbitos, das taxas de reprodução e longevidade. Assim, ainda no século XVIII, inicia-se a observação daqueles fenômenos fundamentados, principalmente, na medição estatística, nas taxas demográficas ou nas taxas de fecundidade. E o gerenciamento dos fenômenos biológicos será visto como forma de se obter previsões e controle no meio econômico e político, uma vez que tais aspectos humanos devem ser tratados como fatores permanentes de subtração da força de trabalho (FOUCAULT, 2008).

Assim, enquanto a disciplina é uma forma de governar o corpo para maximizar suas forças, o gerenciamento biopolítico pode ser compreendido como uma forma de administrar as funções biológicas de uma determinada população, com a finalidade de extrair dela uma maior capacidade econômica (FOUCAULT, 2008). Se por um lado tem-se o corpo como objeto de um poder que produz efeitos individualizantes e deve ser amparado por instituições disciplinares, por outro lado, tem-se a população como objeto

de um poder que produz efeitos massificadores e que estão amparados pelo Estado (FOUCAULT, 2005).

Nessa perspectiva, o saber-poder psicológico engendrado no âmbito das instituições de sequestro não será apenas direcionado aos corpos individuais que serão vigiados e disciplinados (COIMBRA; NASCIMENTO, 2001), mas também estará destinado ao gerenciamento de um conjunto de pessoas submetidas ao controle biopolítico, tão característico do movimento higienista e eugenista do Brasil no início do sec. XX.

Aproximações entre o movimento higienista e o nascimento da psicologia no Brasil

No final do século XIX e início do século XX, o engendramento de concepções higienistas e teorias eugênicas fomentou investimentos em movimentos de moralização das populações urbanas que se estabeleciam em diversos países europeus (FOUCAULT, 2006). Os higienistas entendiam que a desorganização social, as desordens urbanas, as anormalidades, as inadequações e toda uma série de condições que impossibilitavam o aproveitamento da mão de obra de mulheres, homens e crianças deveriam ser gerenciados; dessa forma, os saberes médicos, psiquiátricos e psicológicos seriam convocados para solucionar problemas considerados geradores do mau funcionamento da sociedade. Pode-se notar a euforia da época em relação às ciências naturais, que colocava sob domínio da medicina e das ciências biológicas inúmeras questões de cunho social.

Naquele final de século XIX, a elite intelectual brasileira importava ideias que ganhavam destaque entre os intelectuais europeus, com intuito de tentar resolver problemas relacionados a todo tipo de desordem, vadiagem, embriaguez, mas também, aos supostos maus hábitos e costumes brasileiros e que culminavam em um considerado atraso da nação. No Brasil, a limpeza urbana foi um importante tema para se discutir a relação entre saúde e sociedade desde o século XIX. A ocorrência de pestes e doenças contagiosas também contribuiu ao longo dos séculos para que a medicina se firmasse enquanto uma proposta de administração das cidades. Pode-se dizer que as questões urbanas passam a ser tema de preocupação e de grande importância, pois a saúde da população se articula com questões econômicas das cidades, haja vista que diante de um povo saudável se crê no aumento da produtividade. Dessa forma, a medicina, a psiquiatria e a psicologia se tornam saberes aliados ao movimento higienista e que

possibilitavam identificar e explicar “motivos pelos quais determinados indivíduos não conseguiam se adaptar à nova realidade” (SILVA, 2003: 134) brasileira marcada pela urbanização e industrialização.

Nesse sentido, tem-se por um lado a importação das novas ideias referentes à psicologia, ciência recém-criada que possuía um saber-poder capaz de contribuir para o adestramento de indivíduos e para o controle populacional através de um suposto discurso científico. Por outro lado, é possível observar a importação dos ideais de movimentos higienistas, sanitaristas e as concepções da ciência eugênica, que estavam fortemente relacionadas e que tinham o objetivo de selecionar os capazes e eliminar aqueles cujos padrões de conduta impediam a modernização da nação.

Torna-se também imprescindível salientar que, durante o início do século XX, a intelectualidade brasileira buscava por uma “identidade nacional”. Conforme Reis (1994), a visão racional-cientificista da época fundamentava a classe médica, que se considerava possuidora de conhecimentos científicos necessários para o melhoramento da raça brasileira, o que culminava em discursos e práticas com objetivos de superar um suposto “atraso” nacional. Contudo, não será apenas a medicina a ser incitada: a psicologia é trazida para as questões do movimento higienista como uma nova ciência capaz de auxiliar o processo de higienização das cidades e eugeniação do povo brasileiro, sobretudo nas questões referentes à manipulação das capacidades psíquicas dos indivíduos (SILVA, 2003).

Pautados nos ideais nacionalistas, principalmente durante as primeiras décadas do sec. XX, as diversas ligas médicas criadas tinham o objetivo de produzir pesquisas e práticas de higienização e eugeniação da população brasileira e que perpassava pelas questões sanitárias, da saúde dos imigrantes, da higiene infantil, da higiene mental, de intervenções em âmbitos familiares, educacionais e fabris, além da não menos importante questão racial e defesa do ‘branqueamento da população brasileira’ na busca por uma identidade da nação. Entretanto, ressalta-se também que, apesar de existir um projeto político muito claro nas questões referentes à medicina social e sua intervenção nas questões de higiene pública, a classe médica se colocava como neutra, visto que entendia estar apenas descobrindo e modificando aspectos da natureza:

A medicina se oferece ao Estado como instrumento de paz, luz, tranquilidade. Ao se colocar como descobridora da natureza, ela se coloca como neutra, já que seus princípios são verdades da imutabilidade. A partir deles, se chegará à perfeição da sociedade sem paixão. (MACHADO et al, 1978: 215).

Apesar de questões referentes à higiene mental da população já estarem presentes no âmbito da medicina a partir de diversas ligas higienistas e eugênicas, essas ligas tinham alcance regional, e apenas no ano de 1923 é criada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que buscava reunir a elite médica e psiquiátrica em nível nacional. A LBHM era uma entidade civil, criada sob orientação de Gustavo Riedel, composta principalmente por médicos da área da psiquiatria e reconhecida pelo poder público através de subsídios federais (AGUIAR, 2012). A LBHM, dentre as diversas propostas de pesquisa e intervenção, propôs a criação de uma revista para que intelectuais do movimento higienista e eugenista brasileiro pudessem publicar seus estudos. Assim, no ano de 1925, serão publicadas as duas primeiras edições do *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, cujos artigos - da seção *Trabalhos Originaes* - foram selecionados e analisados, com intuito de identificar as relações entre a psicologia e o movimento higienista, de acordo com quatro categorias de análise: (a) Higienismo e educação; (b) Higienismo e psicologia industrial; (c) Higienismo e profilaxia mental; e (d) Higienismo, processos seletivos e eugenia.

Higienismo e educação

Em meio ao contexto de urbanização brasileira e transição de uma nação escravocrata para um país baseado em trabalho livre que necessitava de um grande número de pessoas sadias e disciplinadas para o trabalho, iniciou-se no Brasil do início do século XX um processo de valorização da infância (BOARINI, 2006). A preocupação com a infância e os processos de educação estavam fortemente relacionados à leitura da realidade brasileira a partir de teorias raciais, algo evidente nas publicações do movimento higienista brasileiro. Pautados principalmente no positivismo e nas ciências naturais, os médicos da época compreendiam que o atraso da nação era decorrente da mestiçagem e indisciplina do povo brasileiro. Dessa forma, os higienistas, esperançosos da renovação por meio de intervenções na infância, investiam em propostas de uma educação higiênica para o desenvolvimento de um adulto saudável, adaptado e disciplinado para o trabalho, aspectos que nas gerações seguintes poderiam supostamente reverter a situação de atraso do país.

Em suas pesquisas, inclusive naquelas publicadas no *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, os higienistas daquela época entendiam o processo educativo como um campo da higiene mental e acreditavam na capacidade do higienismo redimir as

degenerações sociais do povo brasileiro. Assim, a escola primária tornou-se uma das principais vias de ações higienistas que visavam o melhoramento da infância; acreditava-se que uma criança bem “educada” se tornaria um adulto bem adaptado (BOARINI, 2006; MANSANERA; SILVA, 2000).

O trabalho de Fontenelle (1925), intitulado “Hygiene mental e educação”, considera que a higiene mental pode ser compreendida a partir de dois pontos de vista: primeiro, pelo aspecto da “prophylaxia mental”, compreendida como uma prática que tem “em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração phychica” (FONTENELLE, 1925: 1); e segundo, por uma prática que procura “preparar o equilibrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio psyshico e social, é a hygiene mental propriamente dita.” (FONTENELLE, 1925: 1). A partir desse trabalho, é possível perceber a importância da psicologia para a higiene mental, concepções defendidas pelo próprio autor:

A base scientifica da hygiene mental é a psychologia, da mesma fôrma que a physiologia é o fundamento da saúde physica, convindo sempre lembrar a interdependência das duas esferas de actividad e as reacções de uma sobre a outra. (FONTENELLE, 1925: 2)

Durante seu trabalho, Fontenelle (1925) defende a ideia de que a educação higiênica deveria começar ainda no período pré-escolar, momento de desenvolvimento humano em que surgiriam os ‘fundamentos da personalidade’ da criança. Ao defender essa ideia, Fontenelle (1925) argumentava a favor da criação de escolas maternas e colocava a responsabilidade da educação higiênica também sob o encargo das mães, já que, durante o período pré-escolar, as mulheres seriam as principais responsáveis pelo desenvolvimento de bons hábitos em seus filhos. A partir do trabalho de Fontenelle (1925), é possível perceber que existe, no projeto higienista de educação, uma política voltada para a vigilância, controle e adestramento do corpo tanto das crianças quanto das mães, conforme analisa Foucault (2014) em seus estudos sobre a “sociedade disciplinar”. Assim, desde o momento do nascimento, o corpo da criança é visto como algo a ser manipulado e que visa a adaptação para a formação de um adulto saudável e disciplinado; afinal, “a atuação preventiva junto às crianças significava doentes mentais a menos no futuro” (SILVA, 2003: 147).

Fica evidente a ênfase da psicologia como a base científica da educação higiênica, usada quase como uma ‘ferramenta’ do processo de higiene mental na educação. Isso ocorre principalmente porque a psicologia científica, um campo de saber

recém separado da filosofia, possuía ainda uma forte relação com as concepções naturalista e biológicas do fenômeno psicológico e que possibilitava a metrificação das capacidades psíquicas individuais (BOARINI, 2006). Assim, acreditava-se que o sistema educacional deveria estar amparado pelos conhecimentos da psicologia para a mensuração da capacidade mental de seus alunos e, conseqüentemente, para a classificação, categorização, separação e normalização dos corpos desajustados (FOUCAULT, 2014). A escola era entendida como um local em que se poderiam forjar sujeitos adaptados, disciplinados, produtivos, dóceis e, dessa forma, seria possível mudar a suposta situação de “atraso” no país (MANSANERA; SILVA, 2000).

Higienismo e psicologia industrial

Naquele início do sec. XX, o Brasil vivia um processo de industrialização perpassado pelo desenvolvimento da automação, fato que culminou entre os higienistas em preocupações sobre a adaptação do homem à máquina, pesquisas sobre como os sujeitos se relacionavam no ambiente fabril com atenção aos riscos de adoecimento mental e o investimento na denominada ‘boa orientação vocacional’, compreendida como medida profilática no combate aos males mentais (SILVA, 2003).

Nesse sentido, o artigo “O elemento psychico no trabalho humano: a liga de hygiene mental e os novos horizontes da hygiene publica” de Carlos Penafiel, ex-deputado federal pelo Rio Grande do Sul e médico psiquiatra, coloca o trabalho como tema central de análise. Penafiel (1925) reflete sobre a introdução das máquinas na indústria nascente, a alteração na divisão do trabalho e na produção, e considera que apesar de realizar um trabalho de que os corpos humanos jamais seriam capazes, a máquina cria uma exigência muito maior das capacidades psíquicas dos operadores. Assim, conjectura que o homem trabalhará cada vez mais com o aparelho psicofisiológico e menos com os músculos. E reflete também sobre as condições de vida dos trabalhadores e aspectos que levam os operários a adoecerem, defendendo que a LBHM deveria deixar de lado as questões relacionadas aos ambientes insalubres e nutrição insuficiente dos operários, debruçando-se apenas sobre o elemento psíquico que envolve a fadiga dos trabalhadores. Finalmente, propõe a criação do Instituto de Psicologia Experimental no Rio de Janeiro, que deveria ter três objetivos:

1º)- Servir á ordem e á justiça (polícia preventiva e polícia judiciaria)

2º Servir á educação da criança no lar e na escola, isto é, ao problema do desenvolvimento intellectual das crianças e dos adolescentes

3º- Servir á economia social ou á sciencia economica para que possa alargar o seu dominio e o futuro das capacidades individuaes sem que estas cessem, por isso, de ser sociaes na sua destinação. (PENAFIEL, 1925: 17).

Assim, Penafiel (1925) e outros higienistas acreditavam que os métodos e instrumentos psicológicos seriam importantes para avaliar a personalidade e, conseqüentemente, a vocação de trabalhadores no desenvolvimento de um bom exercício profissional, o que supostamente preveniria estados depressivos e o envolvimento no mundo dos vícios:

Faustino Esposel, em conferência na LBHM, afirmou que o problema da orientação profissional era um assunto da higiene, não só da higiene social ou coletiva, mas também da higiene individual. Nessa ocasião, solicitou que se imaginasse o tédio, o desgosto de quem exerce contra sua vontade alguma profissão sem ter o mínimo de aptidão para exercê-la. Alegava que o operário ficaria em estado depressivo, que poderia leva-lo ao mundo dos vícios, aos ‘venenos sociais’, à vadiagem e até ao crime. Afirmava que a alegria no trabalho servia como prevenção dos males mentais. (SILVA, 2003: 153).

Para tanto, a LBHM investia em estudos sobre psicologia industrial, tema relevante nas pesquisas norte-americanas, e médicos brasileiros deveriam importar conhecimentos para fundamentar a aplicação das técnicas avaliativas psicológicas que significariam “a seleção dos operários sob o ponto de vista mental e a seleção sob o ponto de vista das aptidões individuais”. (SILVA, 2003: 124). Penafiel (1925) defendia a criação de fichas psicológicas que supostamente viriam a resolver problemas importantes da ordem pública e a facilitar o policiamento das grandes cidades, medir as capacidades psicológicas de crianças e adolescentes para poder encaminhá-los para uma educação “de acordo com suas aptidões”. Assim, o desenvolvimento de uma ciência econômica possibilitava

[...] a determinação das aptidões, de tal arte que, no problema da productividade economica, não se olhassem sómente as necessidades das fabricas, os interesses do capitalismo e do proprio operariado, mas tambem, e sobretudo, ao supremo interesse colectivo - uma melhor utilização da capacidade ao trabalho de cada homem. (PENAFIEL, 1925: 18).

Além disso, o autor defende mais uma vez “o fator humano” como importante variável nas questões de organização do trabalho e argumenta que a aplicação dos conhecimentos empíricos da psicologia levou Frederick Taylor (1856-1915) a dar importância à seleção dos operários. Entretanto, Penafiel (1925) tece também uma crítica sobre o modelo de seleção taylorista que, apesar de muito útil para achar o homem certo para o posto certo, não levaria em conta o problema da fadiga, algo que

deveria ser considerado para a saúde dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a produção. Novamente as preocupações dos higienistas quanto à higiene mental e as estratégias profiláticas para identificar a adequada vocação profissional e as possíveis desadaptações do trabalhador, sob o suposto pretexto de prevenir o problema da fadiga e preservar a saúde, tinham como principal objetivo a padronização dos corpos, a lógica produtiva permeada pela docilidade, o que significava evitar distúrbios coletivos, manifestações e mobilizações operárias (FOUCAULT, 2014). Os higienistas defensores de uma psicologia industrial apontavam que:

[...] os industriais deveriam esforçar-se para que na inspeção de suas fábricas existissem clínicos cujos temas da Psiquiatria e da Higiene Mental lhes fossem familiares, para que não realizassem somente a necessária seleção profissional, mas que tivessem condições de identificar e afastar a tempo os operários débeis mentais e os deficientes sob o aspecto moral ou emotivo, estes últimos, perigosos pela capacidade que teriam de promover distúrbios nervosos coletivos. Vale aqui ressaltar a tendência da Higiene Mental em patologizar quaisquer manifestações contrárias ao pensamento e ordem vigentes. (SILVA, 2003: 155, grifo nosso).

Higiene e profilaxia mental

Dentre os artigos analisados da revista da LBHM, é possível perceber que o tema da profilaxia mental é um conceito complementar ao de higiene mental. A prevenção dos distúrbios mentais é muito próxima às questões de higiene e é tão importante quanto encontrar alternativas para solucionar o problema já instaurado. Assim, acreditava-se que a Higiene Mental poderia promover melhores condições físicas, mentais, intelectuais e morais do povo brasileiro, o que significava investir na identificação das causas da degeneração e que estavam relacionadas aos ‘venenos sociais’: alcoolismo, família desequilibrada, vida desregrada. Dessa forma, para prevenir e combater as causas das perturbações, os higienistas intervinham em todas as esferas da sociedade o que abrangia as instituições familiares, escolares e fabris, incluindo os discursos da imprensa, que trabalhavam com os mais diferentes temas, como: educação, sexualidade, maternidade, trabalho, alcoolismo, suicídio (BOARINI, 2006; SILVA, 2003).

Henrique Roxo, professor de psiquiatria da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e diretor do instituto de neuropatologia da assistência de alienados, publicou o texto intitulado “Hygiene Mental”, no qual apresenta números que evidenciariam “um aumento progressivo do número de alienados” em diversas regiões do mundo. Assim, Roxo (1925: 1) considera importante ações no âmbito da higiene mental para se reverter essa situação e que a solução para alienação mental:

[...] não se trataria unicamente de remover factores palpaveis geraes e sim de corrigir vicios enraizados, extirpar infecções gravissimas, depurar organismos sociaes e aperfeiçoar a raça, para que dentro della já não venha o coeficiente de miopragia psychica que a torne presa facil da alienação e a condicione como degenerada.

No trabalho de Roxo, pode-se mais uma vez evidenciar a importância da ciência psicológica, na qual se reserva a função de classificar as capacidades mentais daquelas crianças, diferenciá-las desde o período escolar e marcá-las como aquelas que deveriam ser conduzidas para o trabalho manual e aquelas que deveriam ser conduzidas para o exercício intelectual. Como o próprio autor destaca: “a psychologia experimental que uma dada criança tem uma capacidade de aprendizagem maior do que outra, não é razoavel que esta fique na mesma classe que aquella.” (ROXO, 1925: 5). Além disso, o psiquiatra higienista destaca a importância também do discurso psicológico para os projetos da LBHM e ressalta principalmente que a classificação que advém da psicologia e dos testes psicológicos possibilitaria a categorização de sujeitos para encaminhá-los aos setores das sociedades a que estivessem melhor adaptados.

No trabalho intitulado “Da prophylaxia do suicidio”, de autoria de Xavier de Oliveira (1925), assistente da clínica psiquiátrica da faculdade de medicina do Rio de Janeiro e do Hospital Nacional de Alienados, além do tema da profilaxia mental também há uma curta discussão acerca das causas do suicídio. O autor defende que para uma profilaxia bem-sucedida deve-se ter, nos manicômios, ambulatorios anexos entregues a profissionais especialistas, além de dar importância para o serviço de assistência social, “pelo qual é possível surprehender os casos suspectos, ainda no inicio, e nelles empregar os meios conducentes aos fins visados.” (OLIVEIRA, 1925: 81). E, finalmente, apresenta algumas regras à imprensa para solucionar o denominado “contágio do suicídio”, como, por exemplo, não divulgar informações sobre o suicídio e a vítima.

Heitor Carrilho (1925), diretor do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, no artigo “Considerações sobre profhylaxia mental e delinquência”, considera que a harmonia social reflete a ‘validez’ psicológica dos indivíduos que a compõem, e que a profilaxia mental visa suprir as causas que perturbam essa harmonia, a partir da correção e orientação dos ‘defeituosos’, para que eles e seus descendentes possam se tornar um elemento do progresso. Dentre as atividades que colocam em risco a harmonia social que se busca na sociedade, o autor entende que a mais nociva delas é a delinquência, considerada o principal objeto da ‘prophylaxia salvadôra’ (CARRILHO, 1925: 132), o que significava investir em programas de prevenção sobre educação anti-

alcoólica, organização familiar e educação sexual. Dessa forma, Carrilho (1925) enfatiza a importância das ações profiláticas na educação e considera que, com a educação higiênica, seria possível evitar os malefícios da “dissolução dos costumes”. Além disso, “exames e observações criteriosas da personalidade do delinquente nas prisões tinham por finalidade subsidiar a formulação de uma terapêutica regeneradora” que só poderia ser conduzida por psiquiatras, psicologistas e higienistas em estabelecimentos penais. (SILVA, 2003: 159).

Diante das concepções de investir em uma profilaxia mental, o higienismo considera os instrumentos e técnicas psicológicas como essenciais para identificar possíveis suicidas, alunos problemas, famílias desorganizadas, trabalhadores inúteis e ‘defeituosos’, além de toda uma população de inconvenientes de todos os tipos. Para tanto, higienistas engendrarão programas profiláticos nos quais a psicologia será convocada a adentrar em instituições escolares, fabris, e no âmbito familiar, com intuito de buscar possíveis suspeitos da doença mental. Assim, conforme Foucault (2014), forjada nas instituições disciplinares de controle de corpos, a psicologia terá como função desenvolver a seleção de incapacitados e inconvenientes para separá-los dos saudáveis e sãos e impedir o contágio moral e físico, por meio do controle de casamentos e da reprodução de degenerados de acordo com as perspectivas eugenistas.

Higienismo, processos de seleção e eugenia

A Liga Brasileira de Higiene Mental estabelecia entre seus principais objetivos a realização de um programa de Higiene Mental e Eugénética. Como apontam Wanderbrock Jr. e Boarini (2008), existiam divergências com relação às ideias de higiene mental e os ideais de eugenia defendidos por integrantes da LBHM. Enquanto a higiene mental era compreendida como ações práticas com o objetivo de criar condições específicas para facilitar o desenvolvimento psíquico dos sujeitos e permitir a sua adaptação ao meio social, a eugenia partia do pressuposto de que os próprios fatores sociais poderiam ser manipulados, o que poderia aumentar ou rebaixar qualidades físicas e mentais de uma raça (BOARINI, 2006).

Apesar de ambas as concepções estarem presentes nas ideias defendidas nos trabalhos dos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, pode-se perceber que em relação aos processos de seleção, sobretudo com imigrantes, a questão eugenista tinha maior destaque quando comparada aos outros eixos de análise. A condição do imigrante era

compreendida pelos higienistas de uma forma unilateral e, apesar de reconhecerem os aspectos positivos de imigrantes que estivessem aptos a trabalhar e enriquecer a nação, ressaltavam sempre aspectos negativos: “a unilateralidade dos interesses salta aos olhos: ao capitalismo tudo, aos imigrantes, o rigor dos exames psicológicos.” (WANDERBROOCK Jr.; BOARINI, 2008, p. 524). De modo geral, as propostas de seleção dos sujeitos desejáveis foram realizadas com o objetivo de identificar aqueles que não poderiam cumprir nenhum papel no processo produtivo industrial ou rural.

O artigo “A seleção individual de imigrantes no programma de hygiene mental”, de Juliano Moreira (1873-1933), expõe discussões sobre a desproporção entre o território brasileiro e o tamanho de sua população, e defende que o Brasil seria sempre o destino de muitos imigrantes, daí a importância de fiscalizar todos aqueles que chegassem ao país. Moreira (1925) também argumentava que brasileiros não deveriam se contentar com essa posição de um país de “escoadouro” de emigrados indesejáveis e que de nada adiantariam os esforços para melhorar as condições físicas e mentais do povo brasileiro se sempre chegavam mais “indesejáveis”. É a partir de exemplos de países considerados ‘desenvolvidos’, como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, destino de muitos imigrantes e que tiveram de rever a forma com que esses sujeitos indesejados eram recebidos, que Moreira (1925: 109) comenta: “o número de criminosos e alienados estrangeiros entrados nos Estados Unidos atingio taes proporções que foi preciso providenciar no sentido de parar a corrente perniciosa.”. O autor considerava que o aumento de doenças nervosas nos EUA devia-se à imigração sem nenhuma seleção e cita gastos do estado de Nova York com doentes estrangeiros no ano de 1912.

Outro trabalho que trata da temática da imigração é de autoria de Pacheco e Silva (1925), na época diretor do hospital psiquiátrico Juquery de São Paulo, intitulado “Immigração e hygiene mental”, no qual o autor procura tecer argumentações na defesa da seleção de imigrantes, em consonância com o trabalho de Juliano Moreira (1925), publicado na edição anterior dos *Archivos*. Pacheco e Silva (1925) faz uma relação entre a Grande Guerra e o fenômeno das migrações e entende que os países europeus, diante do problema de ex-combatentes de guerra com transtornos mentais, também encontravam nos países da América do Sul uma forma de escoar seus ex-soldados indesejados.

Além disso, Pacheco e Silva mostrava na prática algumas das questões levantadas por Juliano Moreira e expunha o caso de um imigrante italiano que, suspeito

de um assassinato no Brasil, já demonstrava de antemão, em observações clínicas e de acordo com seus antecedentes pessoais, características indesejáveis. Os higienistas, sem lançar mão da teoria das degenerescências humanas da psiquiatria europeia do sec. XIX, consideravam que características hereditárias e a influência do meio familiar e social degenerado poderia culminar no surgimento de ‘personalidades desequilibradas’, indisciplinadas e anormais (FOUCAULT, 2006). Dessa forma, o higienista considera importante refletir sobre o fenômeno da migração e destaca o dever do Estado em selecionar esses imigrantes: “o Brasil carece muito de braços para a sua expansão, mas de gente sadia, que venha melhorar as nossas condições de vida e que seja ao mesmo tempo um factor eugenetico.” (PACHECO E SILVA, 1925: 34). Propostas que exigiriam o controle biopolítico da população (FOUCAULT, 2002) de imigrantes, com intuito de selecionar aqueles considerados sadios e normais, que teriam passagem livre para adentrar no território brasileiro, separando-os daqueles que, considerados doentes e anormais, seriam expulsos do país. Nessa perspectiva, conforme Foucault (2002), o movimento higienista, com suas propostas de controle biopolítico, investe em um tipo de ‘Racismo de Estado’ que almejava conciliar os discursos das raças com a gestão de uma polícia médica, que deveria assegurar todos os princípios de higiene pública quanto defender sua população do perigo interno composto por loucos, imigrantes, criminosos, pauperizados, adversários políticos e bodes expiatórios que prejudicariam o aperfeiçoamento da raça e a evolução da nação brasileira rumo ao progresso.

Na mesma linha de raciocínio, Murillo de Campos (1925), encarregado da clínica de psiquiatria do Hospital Central do Exército, no trabalho intitulado “Notas sobre a hygiene mental no exército”, destaca que diante do frequente aumento de supostos distúrbios nervosos e mentais no exército, seria necessário o desenvolvimento de processos seletivos e de higiene mental aplicados também naqueles ambientes. Dentre os principais distúrbios destacados pelo psiquiatra, estavam a psicose alcoólica, a demência precoce, a psicose maníaco-depressiva e a epilepsia. Campos (1925) considerava que, em tempos de guerra, os soldados estavam mais sujeitos à eclosão de transtornos mentais e apontava que a guerra russo-japonesa fora a primeira vez em que os exércitos tinham sido “obrigados” a criar centros psiquiátricos, devido ao número alarmante de soldados e oficiais com transtornos mentais. Nessa perspectiva, acreditava que por meio de testes psicológicos baseados em modificações da escala Binet-Simon, seria possível realizar avaliações em centenas de alistados no exército dos EUA a partir

do ano de 1917. Era novamente a psicologia sendo instigada a intervir na avaliação e aplicação de testes para a classificação, seleção e recrutamento de sujeitos sadios e sãos. Assim, como comenta Silva (2003: 145), “a psicologia é instada a avaliar as atividades mentais, seja através de testes psicológicos, seja pela observação clínica, para que a programação higiênica adequada ao caso fosse recomendada”.

Os processos seletivos propostos pelos autores da LBHM, sobretudo os que envolvem imigrantes, estavam alicerçados em ideias da ciência eugênica em algum nível. Contudo, apesar das discussões sobre a eugenia aparecerem na maioria dos artigos publicados nas edições dos *Archivos*, no ano de 1925, a maioria dos autores trata das questões raciais e eugenistas em breves reflexões e de maneira superficial. Apenas em um dos trabalhos publicados o tema central é a ciência eugênica. Foi Renato Kehl (1889-1974), integrante da Academia Nacional de Medicina de Lima e da Sociedade Francesa de Eugenia de Paris, que apresentou apontamentos importantes sobre a eugenia, no artigo “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos”, no qual também expõe a dificuldade da aceitação das ideias eugenistas no meio científico da época.

Segundo Kehl (1925), propor ideias novas e progressistas fez com que surgissem críticas, sinais de descrença e indiferença com algumas das ideias eugenistas, sobretudo o conceito de exame pré-nupcial. Contudo, Kehl defendia a esterilização de degenerados e criminosos como parte complementar da política eugênica que se debruçava sobre o impedimento da “paternidade indigna” e a procriação de “desgraçados”:

A Eugenia, sciencia de boa geração, para a consecução de seus designios seleccionistas estabelece a selecção dos genitores, a protecção do fructo in-utero, prescrevendo, ainda, a sua defesa post-concepcional, no decurso dos primeiros annos de vida, o que compete á puericultura. A' eugenia incumbe, pois, a puericultura ante-concepcional e intra-uterina, como á agricultura se impõe, principalmente, a selecção e protecção das semenstes, como á zootechnia se impõe, inicialmente, a escolha dos reproductores e a segregação dos que não conveem. (KEHL, 1925, p. 70).

O trabalho de Kehl expõe alguns dos conceitos que parecem ser centrais para o movimento eugenista em território nacional e que também influenciarão a psicologia brasileira nascente, que, por meio de suas avaliações e testes, deverá identificar degenerados a serem esterilizados (SILVA, 2003). Para os eugenistas, que se espalhavam pelas classes dominantes de todo o mundo, era necessário constituir programas que estimulassem a multiplicação dos considerados eugênicos e

desencorajassem e interviessem nas uniões e na procriação dos considerados degenerados ou inferiores, através de programas de esterilização compulsória que atingiriam imigrantes, tuberculosos, alcoolistas, epiléticos, sífilíticos, alienados, sentenciados e pauperizados, além, é claro, de outros tantos considerados politicamente indesejáveis (AGUIAR, 2012). Assim, ao invés de conceber os graves problemas sociais como decorrentes de políticas econômicas espoliadoras e miserabilizantes, os eugenistas insistiam em procurar nos traços e características considerados inatos a origem das mazelas sociais. Consideravam, dessa forma, que a miséria e o sofrimento deveriam ser debelados pelo extermínio dos que viviam em situação miserável, dado o entendimento de que essa condição era o resultado natural da proliferação de traços e características degenerativas e primitivas (FERRAZZA, 2013).

Considerações finais

A reconstituição histórica do nascimento da psicologia possibilita compreensões sobre como seus discursos e práticas, constituídos por relações de saber-poder, estabeleceram concepções naturalizadas de comportamentos, gestos e atitudes de mulheres, crianças e homens e que, compreendidas como verdades universais, incontestáveis e a-históricas, deveriam ser regulamentadas e gerenciadas também por controles estatais. No Brasil do início do sec. XX, o movimento higienista, ao se apropriar de saberes psicológicos com seus instrumentos e técnicas, previa implementar programas de educação mental e políticas de higiene, visando o melhoramento da raça, da moral e dos bons costumes – prática que será prevista, inclusive, na Constituição de 1934. É o Estado investindo no controle de um conjunto de pessoas por meio de estratégias biopolíticas, nas quais o processo de normalização de indivíduos considerados desajustados e anormais dependia primeiramente de um conhecimento estatístico e da criação de uma curva de normalidade que deveria ser seguida no gerenciamento populacional.

Assim, a psicologia nascente nos espaços de exclusão e encarceramento de desajustados se apresentava ao movimento higienista como essencial para fundamentar em bases científicas seu projeto de higiene mental, cujas estratégias de disciplinamento de corpos e de utilização dos testes psicológicos possibilitavam a mensuração das características psicológicas dos indivíduos para, enfim, realizar uma separação entre os

sujeitos mais adaptáveis e os menos adaptáveis, visando sempre o suposto progresso e aprimoramento da nação.

Nessa perspectiva, analisar e compreender o nascimento da psicologia no âmbito das instituições disciplinares significa compreender o jogo de forças que possibilitaram a emergência de discursos e práticas normativas que ainda se fazem presentes na atuação contemporânea de profissionais *psi* que insistem em determinar formas de ajustamento e controle de corpos considerados inadequados e inconvenientes. Atualidades que se fazem presentes em práticas e discursos de profissionais da psicologia, seja em movimentos mais perigosos, como os argumentos de psicólogos cristãos que defendem a ‘reversão da sexualidade’ (BALLOUSIER, 2017), seja pelo aconselhamento quanto às formas adequadas e naturais de exercer a maternidade, de praticar a sexualidade, de ser produtivo no trabalho e de prescrever normas para seguir e guiar, em fórmulas mágicas, pessoas para serem mais felizes. Dessa forma, considera-se que traçar apontamentos genealógicos sobre o nascimento do saber-poder psicológico talvez permita “a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 2016: 171), o que poderá implicar a constituição de uma psicologia permeada por atuações profissionais mais críticas, éticas e políticas.

Referências

Fontes Primárias

- CAMPOS, M. Notas sobre a hygiene mental no exercito. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 1, p. 91-100, 1925.
- CARRILHO, H. Considerações sobre prophylaxia mental e delinquencia. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 1, p. 130-139, 1925.
- KEHL, R. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 2, p. 69-74, 1925.
- FONTENELLE, J. P. Hygiene mental e educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1925.
- MOREIRA, J. A seleção individual de imigrantes no programma da hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 1, p. 109-115, 1925.
- OLIVEIRA, X. Da prophylaxia do suicidio. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 2, p. 75-83, 1925.
- PACHECO E SILVA, A. C. Imigração e hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 2, p. 27-35, 1925.

PENAFIEL, C. O elemento psychico no trabalho humano: a liga de hygiene mental e os novos horizontes da hygiene publica. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 2, p. 10-26, 1925.

ROXO, H. Hygiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, v. 1, n. 2, p. 1-9, 1925.

Fontes Secundárias

AGUIAR, M. P. A causalidade biológica da doença mental: uma análise dos discursos eugênicos e higienistas da Liga Brasileira de Higiene Mental nos anos de 1920-1930. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 2-27, 2012.

BALLOUSIER, A. V. Psicóloga evangélica ganha batalha contra conselho na Justiça. *Folha de São Paulo*, 04 de setembro de 2017.

BOARINI, M. L. O higienismo na educação escolar. In: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, abr. 2006. p. 6516-6525.

CASTRO, A. C. et al. Medir, classificar e diferenciar. In: JACÓ-VILELA, A. M; FERREIRA, A. A. L; PORTUGAL, F.(orgs.) *História da psicologia: rumos e percursos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005. p. 265-291.

COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 17, n. 3, p. 245-248, 2001.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FERRAZZA, D. A. *A psiquiatrização da existência: dos manicômios à neuroquímica da subjetividade*. 2013. Tese (doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

- MACHADO, R. LOUREIRO, A. LUZ, R. MURICY, K. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016. p. 7-34.
- MANSANERA, A. R; SILVA, L. C. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicologia em estudo*, Maringá, vol. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.
- PRADO FILHO, K. Para uma arqueologia da psicologia (ou: Para pensar uma psicologia em outras bases). In: GUARESCHI, N; HÜNNING, S. M.(orgs.) *Foucault e a psicologia*. 1. ed. Porto alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 81-103.
- REIS, J. R. F. *Higiene mental e eugenia:* o projeto de “regeneração nacional” da liga brasileira de higiene mental (1920-30). 1994. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, São Paulo.
- SCHULTZ, D. O estudo da história da psicologia. In: _____. *História da psicologia moderna*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 7-17.
- SILVA, L. C. A contribuição da higiene mental para o desenvolvimento da psicologia no Brasil. In: BOARINI, M. L. (Org.). *Higiene e raça como projetos:* higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. P. 133-164.
- WANDERBROOCK JUNIOR, D; BOARINI, M. L. A seleção dos imigrantes e a Liga Brasileira de Higiene Mental (1914-1945). *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*. vol. 42, n. 3, p. 520-527, 2008.

Gustavo Matheus Saides Jantara
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
E-mail: gustavo.jantara97@gmail.com

Daniele de Andrade Ferrazza
Doutora em Psicologia
Professora de Psicologia Social na Universidade Estadual de Maringá (UEM)
E-mail: daferrazza@uem.br